

Arquivos e arquivistas no Brasil

Archives and archivists in Brazil

LUCY GONÇALVES FONTES *

Situação atual dos arquivos e arquivistas no Brasil e perspectivas para o futuro.

Uma análise, ainda que rápida, da situação dos arquivos brasileiros, nos levará à conclusão de que possuímos uma vasta quantidade de documentos requerendo organização imediata e eficiente e que deve ser iniciada agora. Qualquer adiamento provocará perdas ainda maiores de documentos preciosos, destruídos por insetos, pelo clima e, principalmente pelas pessoas. Isso é válido para todos os tipos de arquivos, desde as expressivas coleções documentais de muitos arquivos estaduais, até pequenas mas importantes coleções conservadas em lugares inesperados na grande maioria das cidades brasileiras.

Somente agora as autoridades parecem estar sendo despertadas em relação a importância da nossa documentação histórica e a necessidade de pessoal qualificado para sua organização e conservação. Testemunhas disso são o decreto que institui o Sistema Nacional de Arquivo, assinado em setembro de 1978 e o Decreto 82.590 de novembro desse mesmo ano, regulamentando as profissões de

* Professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG

arquivista e de técnico em Arquivo. São os primeiros passos de um longo caminho a percorrer cujo aspecto legal está sendo assegurado. Temos já um currículo mínimo aprovado (desde 1975) mas apenas quatro cursos em todo o país (somente um deles com profissionais já formados). Temos um Sistema Nacional de Arquivos mas nenhuma coordenação entre as instituições que geram, organizam e conservam nossos documentos. Temos uma profissão regulamentada, mas quantos profissionais habilitados há em todo o vasto território nacional?

As autoridades educacionais em geral são de opinião que arquivista é uma «espécie» de bibliotecário e que não há razão para se gastar uma parte do já sacrificado orçamento da universidade para criar um novo curso. Nos diversos organismos as funções de arquivista são exercidas habitualmente por pessoal sem qualificação e a importância do arquivo é considerada secundária dentro de empresas e órgãos governamentais.

Para se obter pessoal de alto nível e conseqüentemente para que o arquivo exerça as funções a que está destinado, um salário razoável deve ser oferecido. Por outro lado, a importância e vantagens da nova profissão devem ser apresentadas e reforçadas aos profissionais em perspectiva. São medidas a serem tomadas em nível nacional e embora um centro latino-americano para a formação de arquivistas, como recomenda a UNESCO, não pareça viável, um planejamento em bases regionais é requerido pelas nossas dimensões continentais. Isso significa impedir a concentração de recursos no centro-sul do país, além de adaptar o treinamento do profissional às condições regionais.

Parece-nos fora de discussão o fato de que do momento atual até um futuro próximo, só podemos pensar em cursos em nível de graduação. É o que melhor se coaduna com nossa tradição educacional. Além do mais, a ausência de documentação medieval e problemas lingüís-

ticos permitem que a base histórica, sem dúvida indispensável, seja dada durante o próprio curso juntamente com as disciplinas específicas de arquivologia. A UNESCO aconselha que «programas de treinamento para profissionais em alto nível devem ser oferecidos onde for possível». Isso ainda não é possível no Brasil de hoje. Candidatos a posições de direções devem ser treinados no exterior por mais algum tempo.

De acordo ainda com recomendações da UNESCO futuros cursos estariam bem colocados em escolas de biblioteconomia. Pessoalmente, julgamos que as Universidades Federais e as Estaduais de renome oferecem melhores condições e o **status** necessários a um curso relativamente novo em nosso país.

As capitais dos estados são, portanto, lugares ideais para um curso de arquivologia, não só porque, via de regra, aí se localizam as melhores universidades, mas também porque é nas capitais que se situam os arquivos estaduais e o acesso a um acervo de razoáveis proporções é um dos requisitos para o treinamento de futuros arquivistas. Repita-se uma vez mais, porém, que uma distribuição racional dos centros de treinamento no Brasil caberia a uma autoridade central, talvez ao próprio Ministério da Educação e Cultura.

Quantos cursos já estão instalados no Brasil? O antigo curso do Arquivo Nacional, hoje na Universidade Federal do Rio de Janeiro: o da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, que teve início no primeiro semestre de 1977; o da Universidade de Brasília e o da Universidade Federal Fluminense, ambos iniciados neste ano de 1979.

Talvez se devesse esperar pela atuação profissional do pessoal formado por esses cursos para se questionar o currículo mínimo aprovado pelo MEC. Algumas críticas porém podem ser feitas examinando-se apenas o elenco das disciplinas. A primeira delas é o número excessivo

das matérias consideradas obrigatórias 11 (onze). Isso torna difícil a introdução de qualquer adaptação visando atender a necessidades especiais ou condições regionais.

Entre essas disciplinas algumas não nos parecem essenciais para a formação básica de um arquivista no Brasil, como é o caso de Notariado, por exemplo. Algumas dúvidas também são levantadas quanto a validade da inclusão de Estatística. Seria essa disciplina realmente indispensável para um arquivista, ou é uma questão de moda? Currículos mínimos devem evitar modismo, uma vez que qualquer modificação a eles feita é tarefa das mais árduas e lentas. Outro ponto fraco nesse currículo é a redução da parte principal do curso, as disciplinas técnicas de arquivologia, a simplesmente «Arquivos I-IV».

Uma necessidade que se faz sentir é o planejamento de cursos para técnicos, especialmente para pessoal que já trabalha em arquivos. Uma vez estabelecidos os cursos de graduação, esses devem incluir entre suas atividades cursos de atualização em diversos níveis, cursos de férias, etc., como já fez o Arquivo Nacional com o seu curso para «Técnicos em Arquivos».

Na situação brasileira, é difícil precisar-se qual dos dois aspectos deve ser considerado primeiro, se a formação de arquivistas para organizar o material e torná-lo acessível ou o treinamento de técnicos para a conservação e restauração de milhares de documentos ameaçados, a fim de paralisar a destruição já bastante avançada.

É nesse campo da conservação que um centro regional para a América Latina encontraria seu lugar certo. Esse centro poderia ser criado agora com o auxílio da UNESCO e do ICA (International Council of Archive), em algum país da América Latina, não só para treinar técnicos em restauração, mas também para pesquisar métodos apropriados de imunização, conservação e restauração de documentos de papel expostos ao clima tropical com seus insetos, mofo e roedores.

Diferenças históricas e administrativas não significam muito nessa área e mesmo as diferentes línguas não representam problema em assunto técnico. A dificuldade principal é a falta de assistência financeira: necessitam-se materiais sofisticados, equipamento e técnicas novas. Novos produtos químicos devem ser pesquisados. Inimigos diferentes requerem armas diferentes. Só uma instituição internacional pode fazer algo em auxílio da América Latina na salvação de sua Memória Nacional.

Em relação a uma associação profissional as primeiras medidas já foram tomadas. A Associação Brasileira de Arquivistas tem seus estatutos aprovados desde 1971 e o Conselho Federal de Biblioteconomia incluiu os arquivistas entre seus membros e está elaborando um código para ambas as profissões.

A designação de arquivista é exclusiva de Bacharel em Arquivologia de acordo com a lei, e a carreira de arquivista é privativa aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido em forma da lei e aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil, na forma da lei.

Também os técnicos foram incluídos: declara-se que a denominação «técnico em arquivos» é apenas devida àqueles que têm um certificado de curso específico em nível de segundo grau.

Os fatos costumam ocorrer em ordem inversa nos países em desenvolvimento: o Brasil não tem ainda suficientes cursos de arquivologia, mas tem já um currículo mínimo obrigatório. Arquivista é uma profissão rara no Brasil, mas já há uma lei destinada a proteger o profissional arquivista de todos os níveis.

Problemas existem, e em grande número, além de um longo caminho a ser trilhado. Por isso é urgente uma união de esforços e devem ser esquecidas rivalidades entre bibliotecários, historiadores e arquivistas. Os bibliotecá-

rios precisam reconhecer que arquivologia é uma profissão diferente de biblioteconomia e que o arquivista precisa de treinamento próprio. Os historiadores devem admitir que o trabalho em arquivos exige mais de um bom conhecimento de história e experiência prática. E finalmente, arquivistas, como profissionais novos em nosso país, necessitam de humildade e sabedoria para aceitar o auxílio que precisam a fim de iniciar agora um programa real e bem planejado para a formação de seus profissionais.

Present situation of the archives and archivologists in Brazil and perspectives for the future.

BIBLIOGRAFIA

1. CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA **Minuta do projeto de lei que regula o exercício das profissões de bibliotecário arquivista, técnico em biblioteca e técnico em arquivo, 1977.** 22p.
2. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Projeto de currículo mínimo para curso superior de Arquivo.** Relator: Conselheiro Vicente Sobrino Porto. 1974. 24p.
3. CURRÍCULO Mínimo do Curso Superior de Arquivo **Arquivo e Administração, 2(1):11-22,** abr. 1974
4. FRANZ, E. G. Archives, manpower planning, training facilities and the preparation of curricula for regional training centres In: HAVARD-WILLIAMS, P. & FRANZ, E. G. **Planning information manpower.** Paris, UNESCO, 1974. 70p
5. HAVARD-WILLIAMS, P. Education for library information and archives studies. **IFLA Journal, 2(3):137-46,** 1976
6. OLIER, J. N. & DELMAS, B. **Planning natural infrastructures for documentation, libraries and archives;** outline of a general policy Paris, UNESCO, 1975.
7. A REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL **Arquivo e Administração, 6(3):28-9,** dez. 1978
8. RIEGER, Morris. Archives in developing countries: the regional training center movement. **American Archivist, 35(2): 163-71,** 1972
9. UNESCO **Establishing a legislative framework for the implementation of NATIS.** Paris, 1977 60p